

As novas atividades de “Acumulação de Capital”: e suas implicações nas relações de trabalho

JOSÉ ROBERTO BARSOTTI BALDIN*

*

INTRODUÇÃO

Esta análise pauta-se no processo de desenvolvimento do trabalho dentro dos *shopping centers*.

A relevância do tema está calcada nesta “catedral de consumo” que compreendo ser uma demonstração “típica” das forças capitalistas atuais.¹

O embasamento teórico, além de compreender o percurso histórico da formação do capitalismo monopolista mundial como premissa fundamental nas relações de trabalho entre empregador e empregado, qualifica o setor terciário da economia.

A problemática do tema estabelece pontos comuns de repetição ou mesmo influência do modelo de gestão “pós-fordista” industrial, com o que classifico de novo “trabalhador contemporâneo”, reproduzidos nesses bastidores, os *shopping centers*.

A “lei de valor” de *Marx*, contemporizada na mercadoria, incorpora-se na “lei da utilidade do espaço”, em forma de troca mercantil e de serviços.

Nesse cenário a “mercadoria” - locação de espaço, é representada tanto por seus detentores – os empreendedores, quanto por seus intermediários – os lojistas, que irão alojar-se destes para vender bens e/ou serviços aos clientes.

Nos bastidores dessa arena predomina o “trabalhador invisível” - os do próprio *shopping* (administradora), os dos serviços terceirizados, ou mesmo, os das lojas.

A hipótese se aventa na concepção de um trabalho “imaterial”, “não produtivo” que não gera “acumulo de riqueza e capital”, e não estabelece nenhum tipo de valor econômico convencional.

* **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.** Departamento de História - Programa de Pós Graduação - História Econômica, doutorando

¹ PADILHA, Valquiria. *Shopping Center: a catedral das mercadorias*, São Paulo: Boi tempo editorial, 2006, caps 1, 2, 3 p. 36-197 (1ª ed.)

Destaco as linhas do pensamento de *Gorz* (2005) que através de uma nova perspectiva, “classificou” em modalidade de trabalho; o capital humano, expresso pelo “conhecimento”, pelo “saber cotidiano”, homologado e profissionalizado.

Essa “força produtiva” o conhecimento entendido como principal influenciador desse capitalismo monopolista avançado instigou-me a uma discussão quanto à soberania das categorias econômicas clássicas, propondo uma releitura das concepções econômicas referentes ao processo de desenvolvimento do trabalho.

Meu propósito, portanto, é desvincular qualquer interpretação de cunho sociológica, antropológica, ou mesmo filosófica, entre as expressões trabalho e emprego, mas compreendê-las de forma unívoca.

O Capitalismo Monopolista

Com o objetivo de priorizar as relações entre poder econômico, centralização e concentração do capital, pretendo distinguir de que forma grandes grupos privados interferiram diretamente no “desenvolvimento” do setor terciário das economias mundiais, especificamente no que classifico como circuito secundário do capital: o setor imobiliário.

Partindo da base teórica de *Marx* - o começo do século XX contribuiu com uma das mais amplas forças sociais em ação que se encontrou na estrutura modificada da empresa capitalista.²

O capital aglomerando-se em imensas unidades, através da concentração, gerou um processo natural de acumulação, ou seja, cada capital aumentado conseqüentemente acrescentou um maior grau de escala produtiva.

A centralização do capital, por outro lado, alterou a distribuição dos capitais existentes, reunindo capitais já constituídos por meio da destruição de sua independência individual e formando grandes grupos bancários e industriais.

A função essencial e inicial dos bancos era meramente a de intermediários nos processos de pagamentos, ou seja, realizando a transformação do capital–dinheiro inativo, em capital ativo, criadores de lucro.

² BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980, p.15-44 (1ª ed.)

A característica desse capitalismo “moderno”, em parte se formou nos processos de concentração e centralização do capital, pelo rompimento da livre concorrência, mediante a formação de cartéis e *trusts*; por outro lado, na relação cada vez mais estreita entre capital bancário e capital industrial.

Esta transformação de uma massa de modestos intermediários em um punhado de monopolistas constituiu um dos processos essenciais da formação do capitalismo em imperialismo monopolista.

O crescente movimento de concentração dos bancos retardou e em alguns casos, impossibilitou e restringiu o círculo dos estabelecimentos que necessitavam de crédito para se desenvolver, resultando uma acentuada dependência da grande indústria em face de um pequeno número de grupos bancários.

A estreita ligação entre a indústria e o mundo das finanças inviabilizou a liberdade de movimentos das sociedades industriais, que precisavam de capitais bancários para seu crescimento.

Podemos entender que a grande indústria encarou com ceticismo a problemática da trustificação (o agrupamento ou a transformação em trustes) que através de acordos e consórcios entre grandes bancos continuamente, limitou a concorrência, se mantendo um desenvolvimento bancário monopolista e pouco competitivo.³

O conceito de capital financeiro é muito antigo, sua origem, provavelmente se estabeleceu a partir do final do século XIX ou mesmo início do século XX, através da tradição do pensamento marxista.⁴

A obra; *O Capital Financeiro*, do austríaco *Rudolf Hilferding* publicado em 1910, deu forte sustentação a essa premissa.

Sua concepção de capital financeiro partiu da integração entre o capital bancário e o capital industrial, com a predominância dos banqueiros sobre os industriais.

Em sua análise, supôs que uma parte cada vez maior do capital industrial, não pertencia aos mesmos industriais que o utilizavam, pois eram adquiridos por intermédio de mecanismos de crédito em operações bancárias.⁵

³ LÊNIN, V. *O Imperialismo :Fase superior do Capitalismo*, São Paulo, ed. Global, 1979. (1ª ed.)

⁴ GONÇALVES, Reinaldo. Capital financeiro e poder econômico .Revista teoria e debate nº 41: Fundação Perseu Abramo, maio 1999.

⁵ HILFERDING, Rudolf. *El capital financeiro*, Madrid, ed. Tecnos ,1985 (1ª ed.)

Por outro lado o banco também se viu obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. O capital bancário, em proporções crescentes, sistematicamente converteu-se em capital industrial.

De fato esse “circuito financeiro e mercantil” entre banqueiros e industriais, que se alto alimentou por muitos anos, transformou-se no que chamamos de capitalismo monopolista.

A definição de capital financeiro e capital monopolista, expostos acima, não são suficientes, pois não indicam um dos aspectos mais relevantes desse processo: o aumento da concentração da produção e do capital.⁶

Concentração da produção e monopólio, no entender de *Hilferding* (1985) é o que resultou da fusão ou junção dos bancos com a indústria, é o que conduziu a realidade histórica do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito propôs.

Monopólio, portanto, pode ser entendido como um grupo de pequenos agentes financeiros que ao juntar forças dentro e fora de suas nações desenvolveram uma concepção de capitalismo muito avançado, realizando um processo de união entre capital industrial e bancário criando uma oligarquia financeira que teceu uma densa rede de relações de dependência entre várias instituições econômicas, políticas e a sociedade burguesa contemporânea.⁷

Este modelo é parte de um entrelaçamento que se formou através da socialização da produção, passando haver a partir do monopólio, uma organização sistêmica de abastecimento, de transporte, de gestão, e de distribuição em grande escala.

Esse fenômeno, no início do século XX, se constituiu por sociedades anônimas aonde um único dirigente poderia controlar várias extensões de sua “empresa-mãe” com apenas 50% do capital investido.

O sistema de participação serviu para aumentar em proporções gigantescas o poderio dos monopólios, e o capital financeiro acabou concentrado em poucas mãos, crescendo sem cessar a constituição de sociedades, a emissão de valores, empréstimos do estado, consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda sociedade, um tributo em proveito dos monopólios.

⁶ LÊNIN, V. *O Imperialismo :Fase superior do Capitalismo*, São Paulo, ed. Global, 1979. (1ª ed.)

⁷ LÊNIN, V. *O Imperialismo :Fase superior do Capitalismo*, São Paulo, ed. Global, 1979. (1ª ed.)

A obra “O Capital Financeiro”, portanto, protagoniza na produção capitalista, o lucro como gênese fundamental ao monopólio.

Lênin (1979) seguindo a mesma linha de pensamento de seu antecessor sintetiza o imperialismo monopolista capitalista em cinco etapas:

- Concentração da produção e do capital, atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que originou os monopólios cujo papel foi decisivo na vida econômica.
- Fusão do capital bancário e do capital industrial e criação, com base nesse capital financeiro, de uma oligarquia financeira.
- A exportação de capitais se tornou mais relevante que a exportação de mercadorias.
- Fusões e uniões internacionais monopolistas de capitais que partilharam o mundo entre si.
- Partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.⁸

O Brasil e suas relações com o capitalismo monopolista

Partindo para a realidade brasileira, o momento histórico pós-64 é considerado o marco e a consolidação do capitalismo monopolista industrial brasileiro.

A constituição de grandes grupos econômicos que se formaram em maior escala, à concentração do capital industrial e do capital bancário, possibilitaram a reestruturação do mercado consumidor interno.⁹

Destaco o período da ditadura militar através de seu ministro de planejamento Antônio Delfim Neto - o período pelo qual ocorreram intensificações no desenvolvimento industrial em dois setores: a priorização da indústria de construção civil e a do capital financeiro como instrumentos fundamentais para os rumos do capitalismo brasileiro.

O cenário se fortaleceu em uma alteração significativa da formação do Estado, aonde a militarização do regime político priorizou várias ações.

⁸ LÊNIN, V. *O Imperialismo :Fase superior do Capitalismo*, São Paulo, ed. Global, 1979. (1ª ed.)

⁹ GAETA, Antônio Carlos. Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano. In: *Shopping Centers: Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Ed. UNESP, 1982 (1ª ed.)

Para ser possível um planejamento econômico incentivando os dois setores citados: tanto industrial, como financeiro, foi necessário à criação de um excedente econômico que restringiu a compra de alguns bens de consumo, de maneira a estimular a poupança concentrada em instituições financeiras, tornando-se capital acumulado e disponível para setores determinantes da economia.

Enfim, o ministro, com essas ações, acentuou os investimentos no setor industrial de modo a garantir um crescimento acelerado, principalmente no setor de bens de produção.

Mas estas ações não deixaram de gerar possíveis conseqüências como arrocho salarial, estímulo à poupança e concentração bancária.

A fase principal de favorecimento e incentivo do processo de concentração deu-se principalmente na década de 1970 com políticas de fusões, incorporações e conglomeração, tendo em vista não só economias de escala, mas principalmente o afluxo de recursos através de repasses originários do mercado financeiro internacional, afluxo este facilitado pelo dimensionamento dos bancos locais.

Isto de fato fez com que os bancos nacionais passassem a fazer parte dos maiores bancos do mundo, coordenadores fundamentais de toda uma política de investimentos no país.¹⁰

Apesar disto, a participação dos bancos estatais (estaduais e federais) constituiu a parte maior no financiamento do setor privado.

A concentração bancária em si, tendo em vista a nova caracterização do Estado, permitiu o aparecimento de tendências internas ao processo, que apontaram para a formação de conglomerados financeiro-industriais: os grupos Sharp, Camargo Correia, Fenícia e Bonfiglioli.

Esta concentração bancária foi, portanto, um elemento básico no processo de modernização do capitalismo que o Estado promoveu e incorporou.

No caso específico do varejo, a opção se fortaleceu pelo estímulo à indústria de construção civil, capaz também de empregar uma quantidade significativa de mão de obra.

¹⁰ GAETA, Antônio Carlos. Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano. In: Shopping Centers: Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Ed. UNESP, 1982 (1ª ed.)

O núcleo básico desenvolvido pelo planejamento econômico, a aliança estreita entre Estado, o grande capital bancário, o grande capital industrial, a estruturação em função do capital financeiro internacional, foram capazes, enfim, de criar e fortalecer fortes grupos econômicos, cuja repercussão se fez sentir em todas as esferas da realidade econômica, social num curto período de tempo.

Para compreendermos essa atividade o *shopping center*, como partícipe desse processo e, tratá-lo, como integrante do capitalismo monopolista brasileiro, além de relacioná-lo ao processo de centralização e monopolização do capital - ao capital financeira, tanto os pequenos, os médios lojistas e as âncoras¹¹ de *shopping centers* (C&A, Casas Bahia, hipermercados, cinemark, franquias, e outras) fazem parte de um recente conceito de capital avançado que cresceu e se desenvolveu, e que contempla as exposições acima mencionadas.

Estas lojas, que estão em seu interior, são consideradas novas modalidades de “atividades produtivas” que atuam no revés da “manufatura”, ou seja, prestam serviços comerciais vendendo bens e/ou serviços, estabelecendo relações sociais, e se repete em alguns casos, os procedimentos monopolistas dos cartéis industrializados.

Os grandes magazines, as franquias internacionais, os supermercados e os grandes prestadores de serviço de lazer e entretenimento – cuja diferenciação é enaltecida pela valorização da marca; exigem vantagens locatícias perante os administradores de *shopping centers* e aos empreendedores, que podem ser repassados aos preços finais dos produtos.

Protagoniza-se, aqui, uma repetição do modelo industrial; impossibilitando uma concorrência justa perante os pequenos e médios comerciantes, que sem competitividade, perdem em nome da monopolização, centralização e concentração do “serviço”.

O *shopping center* de fato, contradiz o modelo clássico de cadeia produtiva industrial como afirmação quase exclusiva de atividade econômica que influenciou, ou contribuiu ao processo de desenvolvimento sócio econômico e urbanístico das metrópoles.

¹¹ ÂNCORAS : Grandes Magazines, e grandes redes que centralizam e concentram capital, através de crédito e monopólio de preços e competitividade

Da mesma forma que os setores industriais preservam e mantêm seus monopólios, as “mercadorias” ofertadas neste recorte, têm forte apelo imaterial: em vez de dizer que seu “valor tem seu conhecimento como fonte”, será mais justo dizer que ele tem sua fonte na exclusividade do conhecimento, nas qualidades que esse conhecimento confere a esse tipo de “mercadoria” e o valor incorporado, passa a ser a capacidade de improvisar em resolver problemas e de manter e conservar esse monopólio.¹²

Se nos dirigirmos a esse conceito de capital avançado que é formado por setores novos de uma realidade urbana, que transforma o preexistente, e que reveste todo o processo de aparências e ideologias - podemos compreender as novas atividades econômicas não manufatureiras; os serviços, especificamente: os *shopping centers*.

O espaço, portanto, torna-se o lugar da reprodução das relações de produção e substitui os tradicionais meios de produção.¹³

Fazer com que todo o espaço reproduza ativamente as relações de produção e contribua para sua manutenção e consolidação é extremamente apropriado na compreensão dos *shopping centers* e em suas relações com o capitalismo moderno.

A especulação neste contexto é demonstrada através da aquisição de terrenos, propriedades situadas nos arredores das grandes cidades e que em pleno desenvolvimento, se caracterizam como operações extremamente lucrativas para o capital financeiro.

Aqui o monopólio dos bancos funde-se com o da renda predial e o das vias de comunicação, pois a subida do preço dos terrenos, à possibilidade de vendê-los vantajosamente por lotes, etc. depende, sobretudo, da comodidade das comunicações com o centro da cidade, e estas comunicações estão, precisamente, nas mãos de grandes companhias ligadas a esses mesmos bancos, pelo sistema de participações e pela distribuição dos lugares de direção, se repetindo os procedimentos de novas centralizações, novas concentrações e novos monopólios.

¹² GORZ, André, *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005 (1ª ed.)

¹³ GAETA, Antônio Carlos. Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano. In: *Shopping Centers: Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Ed. UNESP, 1982 (1ª ed.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980.

GAETA, Antônio Carlos. *Gerenciamento dos shopping centers e transformação do espaço urbano*. In: *Shopping Centers: Espaço, Cultura e Modernidade nas Cidades Brasileiras*. S. Paulo: Ed. UNESP, 1992.

GONÇALVES, Reinaldo. Capital Financeiro e poder econômico. Revista Teoria e Debate nº 41: Fundação Perseu Abramo, maio 1999.

GORENDER, Jacob. Marxismo sem utopia. São Paulo: Editora Ática, 1999.

GORZ, André. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annáblume, 2005.

GORZ, André. Misérias do presente, riqueza do possível. São Paulo : Annáblume, 2004.

HILFERDING, Rudolf, *El Capital Financiero*, Madrid, ed. Tecnos, 1985.

LÊNIN, V., O imperialismo: Fase Superior do Capitalismo, São Paulo, ed. Global, 1979.

PADILHA, Valquiria, *Shopping Center: a catedral das mercadorias*, São Paulo: Boi Tempo editorial, 2006.